



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 10/03/2011, às 11:56  
Maurício / estagiário

MPV-526

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

|                    |                                   |
|--------------------|-----------------------------------|
| Data<br>10/03/2011 | Medida Provisória nº 526, de 2011 |
|--------------------|-----------------------------------|

|  |                  |
|--|------------------|
| Autor<br><b>Senador Aécio Neves</b> PSDB | Nº do Prontuário |
|--|------------------|

|               |                 |                   |            |                        |
|---------------|-----------------|-------------------|------------|------------------------|
| 1. Supressiva | 2. Substitutiva | 3. X Modificativa | 4. Aditiva | 5. Substitutivo Global |
|---------------|-----------------|-------------------|------------|------------------------|

|        |        |           |        |        |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

## Emenda Modificativa

Dê-se ao §8º do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24/11/2009 (art. 1º da Medida Provisória) a seguinte redação:

"8º O prazo a que se refere o *caput* somente poderá ser prorrogado por Lei."  
(NR)

## Justificação

O Poder Executivo ao propor a inclusão do dispositivo acima mencionado, o fez com a seguinte redação: "O prazo a que se refere o *caput* poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo". É mais uma tentativa de se excluir o Congresso Nacional do debate político e da avaliação técnica de um tema de suma importância para o Brasil, qual seja, o seu crescimento econômico.

Razão pela qual, é de fundamental importância, até mesmo por força da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001, que os diplomas legais ou regulamentares devam empregar palavras claras e precisas, a apresentação e aprovação desta emenda, cuja finalidade recíproca é fixar que o ato do Poder Executivo a que se refere o presente dispositivo é a lei (oriunda de medida provisória ou de projeto de lei) e não um ato normativo inferior como o decreto ou outro instrumento, cuja competência seja exclusiva do Poder Executivo.

  
Senador Aécio Neves

